



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.

EDITAL
DE
CREDENCIAMENTO Nº 007/2014

O Município do Rio Grande comunica aos interessados que está procedendo ao CHAMAMENTO PÚBLICO 007/2014, para fins de CREDENCIAMENTO 007/2014, de pessoas jurídicas especializadas em acolhimento institucional de pessoas idosas, a fim de atender a demanda dos usuários do Sistema Único de Saúde do Município do Rio Grande. A data inicial para apresentação dos documentos será a partir de 1º de dezembro de 2014, no horário das 13:30 hs às 17:00 hs, no Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, sito à Rua Marechal Floriano nº 458, Centro, Nesta.

1. DO OBJETO

1.1. O presente credenciamento busca a contratação de Entidades de Acolhimento Institucional de Idosos, no intuito de ampliar o número de vagas disponibilizadas pela Prefeitura Municipal para o serviço de acolhimento de idosos de longa permanência, conforme Memorial Descritivo em anexo.

2. CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

2.1. As pessoas jurídicas interessadas em prestar os serviços, deverão apresentar os seguintes documentos, em original ou por cópia autenticada em tabelionato ou pelo servidor encarregado da recepção dos mesmos.

3. DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

Cada empresa interessada deverá protocolar no Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, o envelope contendo todos os documentos abaixo descritos, devidamente fechado e indevassável, com as respectivas identificações, contendo:

3.1. Requerimento de credenciamento (ANEXO II), devidamente preenchido e assinado;

3.2 - Habilitação Jurídica

3.2.1. Registro Comercial no caso de empresa individual

3.2.2. Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor) incluindo apenas o último aditivo ou aditivo consolidado, devidamente registrado, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.

3.2.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato ou autorização para funcionamento expedido por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

3.2.4. Inscrição do ato constitutivo acompanhada de prova de registro em ata de eleição da diretoria em exercício (Registro Civil de Pessoas Jurídicas).



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.

3.3. – Regularidade Fiscal e Trabalhista

3.3.1. – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ;

3.3.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, considerando-se que:

a) os licitantes com domicílio ou sede no Município do Rio Grande deverão apresentar Certidão Negativa de Débitos Fiscais expedida pela Secretaria de Municipal da Fazenda do Rio Grande;

b) os licitantes com domicílio ou sede localizado em outro Município deverão apresentar a prova de regularidade com a Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, através de Certidão (ões) Negativa (s) englobando todos os tributos (mobiliários e imobiliários);

3.3.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante

3.3.4 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), através da apresentação de Certidão Negativa de Débito (CND) expedida pelo Instituto Nacional da Seguridade Social ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, se for o caso.

3.3.5- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, através de certidão negativa de débitos relativos a tributos federais e dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil.

3.3.6 – Será aceito em substituição ao solicitado nos Itens 3.3.4. e 3.3.5 Certidão Conjunta de Débitos (Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa), expedida nos termos do Decreto Federal n.º 5.512/05 e da Portaria Conjunta PGFN/RFB n.º 1751, de 02/10/2014 que entrou em vigência em 03 de novembro de 2014 e abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN.

3.3.7 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, se for o caso.

3.3.8 - Apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, com validade de 180(cento e oitenta) dias contados da sua emissão.

3.3.9 – Alvará de funcionamento

3.3.10 – Alvará sanitário.

3.3.11. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da Justiça do domicílio da sede do licitante em data não anterior a 90 (noventa) dias da data da entrega dos envelopes de documentação e proposta



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.

3.3.12. Declaração de inexistência de fatos impeditivos (modelo Anexo V);

3.3.13. Declaração emitida pela proponente, na qual têm pleno conhecimento de todos os serviços licitados, condições de credenciamento e valores descritos neste Edital e Anexos, Anexo III.

3.3.14. Declaração, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, e no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1983, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos - Anexo IV.

4. CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os abrigamentos deverão ser efetuados em local disponibilizado pelo credenciado, no Município do Rio Grande desde que a SMCAS esteja de acordo;

4.3. O credenciado deverá disponibilizar instalações, equipamentos e profissionais necessários ao desenvolvimento das atividades;

4.4. Os prestadores deverão apresentar em suas propostas, o Requerimento de Credenciamento, devidamente preenchido conforme Anexo II;

4.5. Caso os prestadores não possuam capacidade instalada para atender a demanda em sua totalidade, é interesse desta Secretaria, que mais de um prestador seja credenciado;

4.6. Caso haja mais de um prestador interessado, a quantidade de abrigamentos poderá ser mantida, ampliada ou dividida, de acordo com a capacidade de oferta de cada prestador e a necessidade técnica e capacidade financeira da SMCAS;

4.7. O prestador deverá atender a quantidade total ou a sua capacidade instalada, que deve ser informada no credenciamento, e no caso do não cumprimento do ofertado, a Secretaria Municipal da Saúde tomará as providências jurídicas cabíveis;

4.8. Os pagamentos referentes aos abrigamentos realizados sofrerão as retenções previstas na legislação. O pagamento será efetuado mensalmente, tendo como critério de pagamento os abrigamentos comprovadamente realizados.

4.9. Não poderá exercer atividade, por credenciamento, o profissional, que for servidor público em exercício de mandato eletivo ou com registro oficial de candidatura para qualquer desses cargos;

4.10. O credenciado que venha a se enquadrar nas situações previstas no item anterior, terá suspensão a respectiva atividade, enquanto perdurar o impedimento;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.

5. DA FISCALIZAÇÃO

5.1. O CREDENCIANTE realizará fiscalização dos serviços decorrentes desse Termo. A fiscalização ficará a cargo da Secretaria de Município da Cidadania e Assistência Social, que designará servidor para tanto, não excluindo ou restringindo a responsabilidade do(a) CREDENCIADO(a) na prestação do serviço, objeto desse Termo;

6. DO CANCELAMENTO DO CREDENCIAMENTO/SANÇÕES

6.1. A instituição que apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver proposta, falhar ou fraudar na execução do credenciamento, comportar-se de modo inidôneo, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e será descredenciado pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e demais cominações legais.

6.2. O não cumprimento das disposições mencionadas neste Edital, seus anexos e na Lei nº 8.666/93 poderá acarretar as seguintes penalidades ao credenciado, garantido o contraditório e a ampla defesa e sem prejuízo de outras sanções cabíveis:

- I. advertência por escrito;
- II. multa;
- III. suspensão temporária do seu credenciamento;
- IV. descredenciamento.

a) A multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor dos serviços autorizados e solicitados pela própria SMCAS, e não realizados, ou ainda, realizados em desacordo com o presente instrumento e/ou edital de credenciamento;

b) Caso a CREDENCIADA não faça, não corrija, ou não refaça serviços recusados, dentro do prazo determinado pela fiscalização, a SMCAS poderá fazer, refazer ou corrigir os serviços defeituosos por sua conta ou por conta de terceiros, debitando à CREDENCIADA esses gastos, acrescidos da multa de 20% (vinte por cento) do valor executado, compensando tal crédito mediante dedução da fatura do mês subsequente ao evento.

6.3. As sanções previstas nos **itens I, III e IV** poderão ser aplicadas cumulativamente com a pena de multa, de acordo com a gravidade do descumprimento, facultada ampla defesa a CREDENCIADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

6.4. Para aplicação das penalidades descritas acima será instaurado procedimento administrativo específico, sendo assegurado o direito de defesa prévia a fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa, conforme previsto no inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988.

6.4.1. O prazo para a apresentação de defesa prévia quanto às penalidades de advertência, multa e suspensão temporária do direito de licitar será de 5 dias úteis e para a declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Municipal será de 10 dias da abertura de vista do processo, de acordo com o que preconiza os parágrafos 2º e 3º, ambos do art. 87 da Lei 8.666/93.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.

6.5. As ocorrências relacionadas com a execução das obrigações previstas neste Edital e anexos serão anotadas pela SMCAS, nos moldes do art. 67, §1º da Lei 8.666/93.

6.6. O credenciado poderá solicitar seu descredenciamento com antecedência no mínimo de 30 dias, mediante o envio de solicitação escrita a SMCAS. O pedido de descredenciamento não desincumbe o credenciado do cumprimento de eventuais responsabilidades atreladas ao presente edital e ao termo de credenciamento, cabendo em casos de irregularidade na execução do serviço a aplicação das sanções definidas neste instrumento e termo de credenciamento.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado em parcelas mensais, tendo como critério de pagamento os serviços comprovadamente realizados.

7.1.1. Os pagamentos referentes aos procedimentos realizados sofrerão as retenções previstas na legislação.

7.2. As despesas decorrentes do presente Credenciamento correrão a conta da Dotação:

12 – Secretaria de Município da Cidadania e Assistência Social
02 - Fundo Municipal de Assistência Social
08 – Assistência Social
244 – Assistência Comunitária
0256 – Rede Suas – Alta Complexidade
4503 – Manutenção das Entidades de Acolhimento de Crianças; Adolescentes e Idosos.
3.3.9.0.39.00.00.00.00- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
Dotação 2632 Recurso 01204 – Piso Alta Complexidade
Dotação 2653 Recurso 0001 – Recurso Livre

8. DO PESSOAL DO CREDENCIADO

8.1. É de responsabilidade exclusiva e integral do credenciado, a utilização de pessoal para execução dos respectivos procedimentos, incluídos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o Município.

9. CONTRATO

9.1. O prazo de vigência do contrato de credenciamento será 12 (doze) meses a contar da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado a critério da Contratante por iguais e sucessivos períodos até o limite de máximo de 60 meses conforme Lei 8.666/93 Art 57.

10. FORMALIZAÇÃO

10.1. O credenciamento será formalizado mediante Termo próprio, contendo as cláusulas e condições previstas neste Edital.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.

11. INFORMAÇÕES

11.1. O presente Edital deverá ser retirado e ou solicitado na Central de Compras, sito à Rua Marechal Floriano Peixoto nº 458, ou através do site www.riogrande.rs.gov.br.

11.1.1 Faz parte integrante deste Edital de Credenciamento:

Anexo I – Termo de referência
Anexo II – Requerimento de Credenciamento
Anexo III – Declaração de Conhecimento
Anexo IV – Declaração de não emprego de menores
Anexo V – Declaração de fato impeditivo
Anexo VI – Minuta do Contrato

11.2. As informações relativas ao presente credenciamento poderão ser obtidas na Central de Compras (3233-8417).

11.3. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto do presente Credenciamento e não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação do credenciamento, não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações.

11.4. A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL reserva-se o direito de rejeitar o credenciamento que julgar contrárias aos seus interesses ou anular ou revogar o presente credenciamento sem que disso caiba aos participantes o direito de reclamação ou indenização.

11.5. Onde este Edital for omissos prevalecerão os termos da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais legislação em vigor.

11.6 - Os casos omissos neste edital serão resolvidos nos termos da Lei nº 10.520/2002, aplicando-se supletivamente a Lei nº 8.666 de 21.06.1993.

11.7 - O Foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Rio Grande, com exclusão de qualquer outro.

Rio Grande, 26 de novembro de 2014.

Jeferson Alonso dos Santos
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.